

Rio



FÉRIAS ACUMULADAS
Domingos Brazão recebeu R\$ 581 mil

TCE pagou ao conselheiro antes de a Justiça determinar que o valor não fosse depositado



OBRAS EMPERRADAS

Abaixo-assinado pede retomada da construção da nova subida da Serra, parada desde 2016

LUÍZ ERNESTO MAGALHÃES,
THAYNA RODRIGUES E
HENRIQUE BARBI*
globo@globo.com.br

Com família em Petrópolis e negócios no Rio, o empresário Christian Otakar Svacina passa com frequência pela BR-040 (Rio-Juiz de Fora) e conhece bem os perigos de subir a serra em uma pista sinuosa construída nos anos 1920, quando o trânsito nem pode ser comparado com o de cem anos depois. Em 2009, o pai dele morreu na estrada — a motocicleta em que estava foi atingida por trás por um caminhão. Svacina é um dos 2,170 usuários da rodovia que, até o fim da tarde de ontem, tinham aderido a um abaixo-assinado virtual que reivindica a retomada das obras da Nova Subida da Serra (NSS), paralisadas desde julho de 2016.

—O desejo é ter uma alternativa segura para chegar a Petrópolis. Quando chove, há risco de deslizamentos, mas o traçado é perigoso até em tempo seco — diz o empresário.

O impasse em relação à obra que, além de dar mais segurança, encurtaria as viagens do Rio até Petrópolis em pelo menos meia hora é provocado por um imbrólio jurídico, que envolve a concessionária Concer — operadora do trecho entre o Rio e Juiz de Fora —, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), responsável pela regulação das concessões de rodovias, e o Tribunal de Contas da União (TCU).

NOVA LICITAÇÃO
No ano passado, a ANTT sinalizou uma possível solução para o problema. Técnicos do órgão estudam realizar ainda no segundo semestre deste ano uma nova licitação para que um único operador cuide da BR-040 do Rio até Belo Horizonte — a estrada termina em Brasília. Em março, o TCU chegou a pedir a celebração de uma nova concessão.

Enquanto não há definição, a Concer continua à frente da concessão por força de liminar, já que o contrato firmado em 1995 com o governo federal terminou em 2021. A concessão previa que a empresa deveria fazer a Nova Subida da Serra e que o custo seria de R\$ 80 milhões. Mas, ao desenvolver o projeto e tirar as licenças ambientais, a concessionária alegou que este valor seria insuficiente. E propôs ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER, antecessor da ANTT na gestão do contrato) um aditivo com duas opções: prorrogar a concessão por mais 17 anos e meio ou a União arcar com os custos adicionais do projeto.

Enquanto as negociações estavam em andamento, a concessionária começou as obras, tendo executado 46,7% das intervenções físicas entre 2013 e 2016. A Concer chegou, por exemplo, a escavar cerca de 60%



Abandonado. Obras têm tabuleiros de viaduto incompletos há oito anos e trechos de vias inutilizados. Promessa é que um túnel com videomonitoramento e quase cinco quilômetros encurte o caminho

SAIBA MAIS SOBRE O PROJETO



dades forem sanadas com a assinatura de um novo aditivo ao contrato.

A concessionária, por sua vez, nega qualquer irregularidade. Em ações judiciais e processos administrativos, com base em laudos periciais, a empresa afirma que, na realidade, é a União que lhe deve R\$ 1,3 bilhão (valores de 2022) pelas obras executadas, além de outros R\$ 700 milhões referentes à queda de demanda por conta do isolamento social exigido pela pandemia da Covid-19. Foi em uma dessas ações — nenhuma delas concluídas até agora — que a Concer assegurou o direito de permanecer à frente da concessão enquanto o processo não chegar ao fim.

—A discussão é complexa, e retomar a obra a curto prazo pode ser difícil — avalia o engenheiro especializado em mobilidade urbana Marcus Quintella, diretor da FGV Transportes, da Fundação Getúlio Vargas. —Mas desse jeito não pode ficar. A rodovia é estratégica por ajudar a escoar a produção dos estados de São Paulo, Rio e Minas, que concentram 70% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Uma das propostas em discussão é a renegociação do atual contrato com a Concer. Como boa parte das obras já foi iniciada, seria complicado outro concessionário assumir a estrada, de acordo com técnicos do governo federal. Uma das opções seria oferecer mais tempo de concessão à empresa em troca da conclusão do projeto.

Em nota, a Concer reiterou

que "está comprometida a fazer parte de uma solução consensual que viabilize a retomada da Nova Subida da Serra". E que as obras foram paralisadas por desequilíbrio econômico e financeiro da concessão. "Com a NSS em plena operação, os usuários da rodovia continuam com uma pista mais moderna e segura, com redução drástica do número de acidentes e de ocorrências que hoje causam constantes engarrafamentos", argumentou.

OBRAS JUDICIALIZADAS
Já a ANTT informou que estudos ainda estão sendo desenvolvidos e terão que ser submetidos ao TCU. A agência também lembrou que as limitações financeiras à Concer impedem que seja declarada a caducidade do contrato até a realização da nova licitação ou do julgamento principal da ação.

"Neste cenário, as obras da subida da serra também estão judicializadas, e a agência impedida de exigir o cumprimento de diversas obrigações contratuais por parte da Concer".

Do lado dos usuários, não ter uma rodovia mais segura é sinônimo de prejuízo. Com casa em Itaipava no Rio, o aposentado Jarbas Amorim Americano, que aderiu ao abaixo-assinado, diz que já perdeu as contas da quantidade de vezes que precisou deixar o carro na oficina por conta de pannes mecânicas provocadas pelo mau estado de conservação da via.

—Desde 1990 vou constantemente a Petrópolis. O trânsito aumentou demais. Terminar a obra seria essencial.

* Estagiário sob supervisão de Leila Yousef

de um novo túnel de 4,6 quilômetros de extensão.

Em abril de 2014, o DNER assinou o aditivo em que a União se comprometeria a arcar, de forma parcelada, com a diferença entre o custo inicial previsto na concessão e o investimento necessário para finalizar o projeto.

Na época em que foram iniciadas, as obras previam

ainda a duplicação de 15 quilômetros da pista de descida a partir do Km 102, em Xerém, Duque de Caxias, perto da atual pista de subida da Serra de Petrópolis.

A Concer chegou a receber da União R\$ 472,5 milhões (em valores de 2022) para dar prosseguimento às obras, mas interrompeu os serviços em 2016, depois que o acor-

do começou a ser questionado pelo TCU, que afirma ter identificado indícios de sobrepreço (valores acima do encontrado no mercado) em itens do projeto, entre outros problemas. Em seis decisões, a partir de 2016 — o último acórdão é de novembro do ano passado, o tribunal orientou que o projeto só deve ser retomado se as irregulari-